

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS  
PROCURADORIA DO MUNICÍPIO**

---

**OBJETO:** Impugnação ao edital – PE nº 1997/2021  
**PARTES:** MF VEÍCULOS ESPECIAIS EIRELI

**PARECER**

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**1. DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA**

Chega para análise desta Procuradoria a impugnação apresentada no presente certame. A impugnação foi protocolizada pela empresa MF VEÍCULOS ESPECIAIS EIRELI.

Em síntese, a impugnação faz referência ao excesso de exigências por parte da Administração quanto a apresentação de documentos.

Os autos vieram a esta Procuradoria para parecer.

É o relatório.

**2. DA ANÁLISE DOS ARGUMENTOS**

Primeiramente, ressalto que a impugnante é parte legítima para a propositura da impugnação, pois ela é de direito a qualquer pessoa física ou jurídica, bem como realizou a interposição dos documentos tempestivamente.

Analisando a impugnação, não vislumbro qualquer irregularidade passível de anulação do presente certame.

Por óbvio, deve a Administração buscar a competitividade em suas aquisições, pois isto reduz os valores a serem cobrados. Quanto menos exigências, maior a

possibilidade de competição, sendo este, inclusive, um dos princípios que regem as licitações.

Contudo, a Administração deve zelar, também, pela qualidade dos produtos e serviços adquiridos/prestados, bem como atender as exigências técnicas previstas.

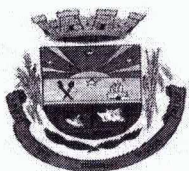
A empresa MF VEÍCULOS ESPECIAIS EIRELI solicita que seja modificado o item 16.2 "a" do Edital PE nº: 079/2021.

*16.2. Quando da entrega do objeto, a empresa contratada deverá apresentar ao fiscal deste, os seguintes documentos:*

*a) Declaração da concessionária será responsável pelas revisões do veículo dentro do período de garantia, situada em um raio de no máximo 150 km da sede do município, declarando que fará realização dos serviços de assistência técnica. Deverá apresentar declaração em papel timbrado da autorizada ou contrato de prestação de serviços com firma reconhecida, onde a concessionária atesta ter ciência e concorda com sua indicação. Deverá acompanhar a declaração comprovação da quilometragem exigida via google maps ou outro sistema de mapeamento, **OU***

***b) Declaração da licitante indicando o local onde deverão ser feitas as revisões do veículo, devendo ser em rede credenciada, em conformidade com os demais termos exigidos no item 16.2, "a" deste edital.***

Em análise ao Edital PE nº: 079/2021, verifiquei que, caso a empresa não tenha declaração da concessionária, pode apresentar declaração própria indicando local das revisões, um meio alternativo para as empresas que não possuam declaração da concessionária, permitindo assim, que todas participem desde que indiquem um local para as revisões e, desde que seja credenciado e que atenda a distância de 150km da Sede do Município, o que não vejo como restritivo, visto que, em atendimento aos princípios da vantajosidade e economicidade, seria desarrazoado que o veículo, para realizar a revisão, tivesse que fazer um deslocamento maior que 150km, nada impede que a empresa que venda o veículo esteja em distância superior.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS  
PROCURADORIA DO MUNICÍPIO**

Logo, a exigência apresentada no item 16.2 se mostram razoáveis frente as necessidades e interesses da administração. E nesse sentido é a doutrina de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

*A contrario sensu, conclui-se que, se a circunstância for pertinente ou relevante para o específico objeto do contrato, ela é razoável e, portanto, não fere o princípio da isonomia. É o caso, por exemplo, em que razões de ordem técnica autorizam a indicação de determinada marca do produto a ser adquirido (conf. Art. 7º, § 5º, da Lei nº 8.666/93), ou quando se façam exigências de habilitação indispensáveis à execução do contrato (conf. Artigo 37, XXI, da Constituição), ou se especifiquem características do produto que, embora possam afastar alguns licitantes, são essenciais aos objetivos do contrato.<sup>1</sup>*

O que se pretende é garantir a competitividade, mas sem ferir os princípios da vantajosidade e economicidade para Administração Pública. No caso em questão, estamos de frente a dois importantes princípios norteadores da Administração Pública, quais sejam: "competitividade" "interesse público".

Entendo que caso fosse retirada as exigências previstas no **item 16.2**, a Secretaria de Saúde não teria conhecimento do local das revisões, essas que são muito importantes para o bom funcionamento do veículo, podendo, conforme fato já ocorrido com a própria Secretaria, ter que percorrer mais de 300Km para a realização da revisão. Tal situação deixou a Secretaria por dois dias sem o veículo, além do custo e desgaste do veículo que viajou por mais de 10h.

Ademais, conforme já explicado no presente parecer, as exigências são alternativas, não tendo a empresa documentos assinados pela concessionária, está permitida a apresentar declaração própria, indicando o local das revisões, desde que

<sup>1</sup> **DI PIETRO, MARIA SYLVIA ZANELLA.** Direito Administrativo. 30 ed. rev. Atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017. Pag. 419

atenda ao raio de 150km e que seja em empresa credenciada, devido a necessidade de se manter a garantia do veículo.

Com isso, percebe-se que por mais que seja mantido o caráter competitivo do certame, não se pode deixar de considerar os princípios da vantajosidade e economicidade para Administração Pública.

### **3. CONCLUSÃO**

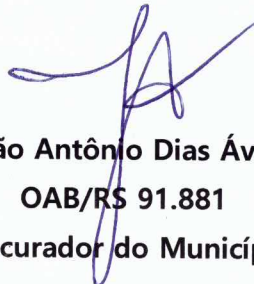
**Não havendo vícios e nem afrontas a legislação vigente, imperiosa se faz a manutenção do presente edital. DIANTE DO EXPOSTO, opino pela IMPROCEDÊNCIA da presente impugnação, devendo o edital ser ratificado.**

É o parecer.

À Autoridade competente.

Após publique-se a decisão tomada.

São Jerônimo, 22 de setembro de 2021



**João Antônio Dias Ávila**  
**OAB/RS 91.881**  
**Procurador do Município**